



1.4 • Conjuntura Internacional

Aquecem as brasas a sul da Europa

A EUROPA, desde o início desta década, tem sentido o calor das convulsões sociais ocorridas nas suas fronteiras, no arco que vai da Síria a Marrocos. Algumas metamorfosearam-se em movimentos de dissidência política e nenhum destes confluíram numa democracia, apesar de a Tunísia ter enveredado por um processo de transição democrática. Já na Síria as reclamações sociais conduziram a caminhos não almejados. A leste, os eventos na Ucrânia tentam desviar-lhe a atenção do que se passa a sul, mormente na Líbia e no Iémen, sem esquecer a Síria e o Iraque. O leste e o sueste preocupam mais a Europa não mediterrânica do que o sul, pelos fluxos de refugiados que podem surgir, pela atração de simpatias de uma juventude europeia inconformada com o presente, pelo retorno de guerreiros desiludidos com o que descobriram na pátria adotiva e com o que estes podem provocar nas suas pátrias de berço, à procura do Armagedão, acreditando em hermenêuticas desfocadas. Tudo no pressuposto de que a continuidade territorial é uma via de contágio mais temível do que o Mediterrâneo, visto como um fosso de difícil transposição. Mas a realidade não confirma essa visão, e a borda norte desse mar, para além de preocupada com o leste e o sueste, pelas mesmas razões se preocupa com o sul, ciente de que o Mediterrâneo é uma ponte entre margens. Tais apreensões obrigam-na a estar atenta ao Iémen e à Líbia, sem se alhear da Síria, do Iraque e da Ucrânia. Vejamos porquê.

Iémen: um tabuleiro de xadrez geoestratégico

No Iémen, as motivações sociais que levaram, em 2011, à contestação violenta contra o regime de *Abdallah Saleh* deram lugar a razões estratégicas, perdurando a violência nas ruas. No país árabe mais pobre, que importa cerca de 90% da sua alimentação, disputado pela Al-Qaeda da Península Arábica (AQPA), jogam-se os interesses da Arábia Saudita, que não admite a influência do Irão xiita nas suas imediações, nem sobre a nação árabe, maioritariamente sunita. Foi esse o motivo do seu apoio, com tropas, sob a égide do Conselho da Cooperação do Golfo (CCG), ao esmagamento da Primavera Árabe do Bahrein, país de maioria xiita governado pelo monarca sunita Hamad. Com isso pretendeu diminuir o ensejo de o Irão estabelecer alianças e de aumentar o seu poder. Porém, o recente acordo com os EUA, relativo ao programa nuclear do Irão, vai levar à suspensão das sanções económicas, o que significa a melhoria das suas relações com o Ocidente, a venda do seu petróleo (pode produzir um milhão e meio de barris por dia) e o aumento da sua economia, podendo tornar-se mais poderoso.

No discurso de diabolização dos Persas há coincidências entre Sauditas e Israelitas. Contudo, enquanto a Israel preocupa a problemática do protagonismo nuclear regional, aos Sauditas inquieta o aumento de influência regional do xiismo e a sua perda de importância no comércio do petróleo. Uma influência xiita no Iémen poderá acordar anseios na comunidade minoritária xiita saudita, presente na região leste, onde estão os mais produtivos poços de petróleo. A fobia saudita em relação ao Irão levou à formação de uma coligação sunita, apoiada pela Liga Árabe, para combater a tribo huthi, que professa a confissão zaidita, do ramo xiita, alegadamente apoiada pelo Irão, que tem conquistado espaço iemenita. Nessa coligação de países, cinco pertencem aos seis do CCG (Arábia Saudita, Kuwait, Bahrain, Qatar e Emirados Árabes Unidos, Omã não aderiu), a que se juntam o Egito, Marrocos, a Jordânia e o Sudão. A Turquia, país sunita não árabe, apoia a coligação, usando uma política bipolar, pois Erdogan, mesmo após os bombardeamentos dos Huthi, manteve uma visita ao Irão. O confronto entre uma coligação de países e uma tribo pode configurar uma desproporção de forças. Porém, o rigoroso relevo iemenita já ensinou os sauditas, em outras intervenções militares, que a diferença de potencial a seu favor não significa fácil sucesso. Além disso, uma coligação sunita é um aviso ao Irão e tende a legitimar uma intervenção em território alheio.

Os *Huthi*, sentindo-se económica e socialmente excluídos, têm combatido, desde 2009, o governo central, sendo agora acusados de ser instrumentos do Irão, para este se afirmar regionalmente, alargando a influência obtida no Iraque, Síria e Líbano. Desde o início do 2015, essa tribo tem descido de norte para sul, tomando a capital Sanaa e chegando à estratégica Áden. Os ataques, iniciados em vinte e seis de março, contra os

Francisco Xavier de Sousa

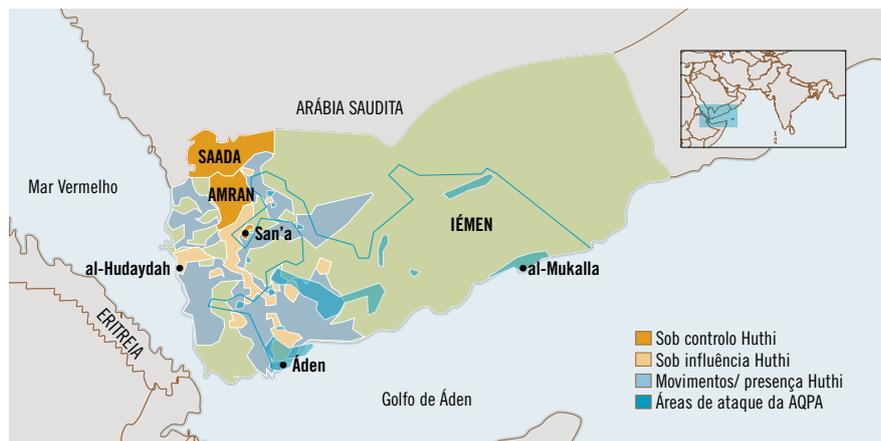
huthis e parte do exército iemenita que os apoia e é fiel ao ex-presidente Ali Saleh, deposto na Primavera Árabe iemenita, têm favorecido a fação do atual presidente Hadi, refugiado na Arábia Saudita, e a AQPA, que ofereceu vinte quilos de ouro pelos homicídios do filho do anterior presidente e do líder dos Huthis – Malek al-Huthi –, parecendo completar o pedido da coligação ao Conselho de Segurança (CS) da ONU para decretar sanções contra essas personagens. Sanções que foram aprovadas, em catorze de abril, por proposta da Jordânia, com catorze votos a favor e uma abstenção (Rússia).

Este jogo tem deslizado o centro de gravidade das comoções populares, inicialmente focado nos motivos sociais, hoje situado no campo político e estratégico, movendo-se para o extremo contrário – o do sectarismo. A região tem atraído guerreiros de outros pontos, como os islamistas Hezb-e-Islami, cujo líder – Gulbuddin Hekmatyar

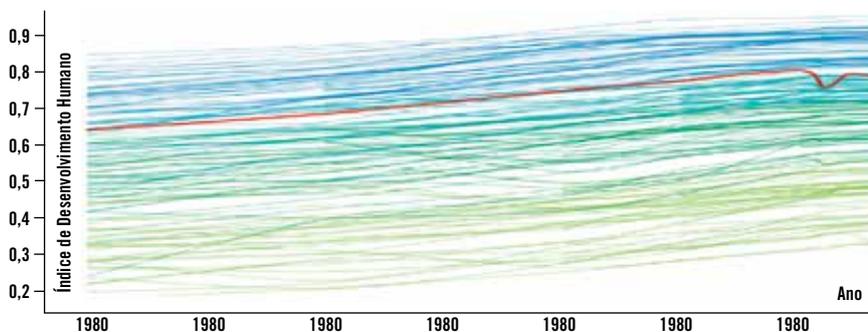
“
A Líbia é uma caldeira em pressão máxima que ameaça explodir, a qualquer momento, aos pés da Europa.
”

– declarou poder mover forças do Paquistão e Afeganistão para o Iémen.

O Irão nega que presta apoio aos huthis, apoio que tem chegado pelas forças do ex-presidente Saleh e por outras tribos iemenitas, mais do que pelo Irão. Os huthis não têm grande oposição interna, pois o governo de Hadi nunca se afirmou no Iémen. Porém, a Arábia Saudita, ao procurar reduzir a influência do Irão, pode levá-lo a uma “guerra por procuração”, instru-



Situação geoestratégica no Iémen em abril de 2015. Fonte: The Economist, (disponível em www.economist.com/news/middle-east-and-africa/21648686-there-way-out-conflict-arabia-infelix?fsrc=scn/tw/te/pe/abariainfelix).



Evolução do IDH líbio (a encarnado).

Fonte: Human Development Report, (disponível em <http://hdr.undp.org/en/countries>).

mentalizando, aí sim, aquela tribo. Na prática, temos países sunitas contra uma tribo xiita, o que reúne os ingredientes para espoletar uma guerra sectária.

No Iémen, o desemprego é endêmico, as condições básicas de vida só chegam a cerca de 55% da população e os bombardeamentos afetam o povo, alegadamente devido a os huthis se misturarem com ele. Daí resulta a fuga de refugiados para a Somália, o Djibuti e a Eritreia, ameaçando a frágil estabilidade desses países, nutrindo os fluxos das migrações ilegais, mormente dos que passam pela Líbia, e que têm causado tantos mortos no Mediterrâneo.

A situação no Iémen preocupa a Europa do Sul, pela ameaça aos precários equilíbrios regionais e porque a AQPA tem usufruído das ocasiões, conquistando território e aproximando-se do Estreito de Bab-el-Mandab, podendo colocar em risco o livre tráfego marítimo. Por ali passam cerca de 30% do transporte do petróleo e aproximadamente 40% por cento do comércio mundial. Uma análise profunda à situação no Iémen e na região, exige perceber qual a interferência da invasão do Iraque, iniciada em 20/03/2003, pelos EUA, nas dinâmicas e jogos de poder que ali sucedem. Há quem afirme que os confrontos entre xiitas e sunitas surgiriam sempre, independentemente dessa invasão. Contudo, ela atestou a incapacidade americana para “reconstruir”

países; provocou ruturas em equilíbrios existentes; e atraiu à zona, ou gerou, grupos extremistas que hoje irradiam para a região e outros continentes atores de desestabilização.

Líbia: uma autoestrada sem portagem

Alguns daqueles atores têm assinatura na Líbia. O que aí se passa é complexo e já não decorre só das manipulações das fronteiras africanas, feitas na Conferência de Berlim (1884–1885); ou da exclusão dos africanos das decisões sobre os seus destinos; ou da colonização europeia sem consentimento. O que ali se vê resulta da intervenção feita, em 2011, a título de proteger os líbios contra um ditador, mas interpretando abusivamente a resolução 1973, de 17/03/2011, do CS/ONU. É a afirmação da inaptidão da OTAN de sair de uma intervenção só após a estabilidade do Estado estar consolidada. É a certeza da necessidade de a Europa se afirmar como arquiteta da paz, pela sua ação consentida na vizinhança além das suas fronteiras. A Líbia é, hoje, uma ameaça estratégica à Europa. Com cerca de 1.770 quilómetros de costa (a mais extensa dos países africanos mediterrâneos) e 4.339 quilómetros de fronteira terrestre, não tendo uma malha estatal que ligue os centros urbanos à periferia, não tem capacidade de controlar a totalidade dos seus 1.759.540 quilómetros quadrados de área. As suas fronteiras, sendo porosas e permissivas, transformam o país numa autoes-

trada para os movimentos sul-norte-sul das migrações, do crime organizado e, abraçado a este, do terrorismo. Por ali transitam cerca de 90% da migração ilegal que chega à Europa, utilizando a rota central mediterrânea, em fluxos migratórios originados na Nigéria do Boko Haram, na República Centro-Africana da Séléka, na Somália de Al-Shabab, na Eritreia do ditador Isaias Afwerk, no Sudão de general Omar al-Bashir, no Iémen da AQPA. Alguns morrem antes de chegar à costa. Outros transformam o Mediterrâneo num cemitério. A migração ilegal financia o crime organizado e as milícias que se digladiam na Líbia e atuam no Sahel. Kadafi utilizava a arma da migração para pressionar a Europa a negociar com ele, controlando os fluxos de acordo com a sua vontade e os anseios atingidos. Foi assim que pressionou a Itália a negociar, em 2008, o ressarcimento pela ocupação colonial e que valeu cinco mil milhões de dólares americanos, ou quando negociou com esse país os acordos comerciais. Hoje, a migração continua a ser uma arma que utiliza a miséria humana e a necessidade de descompressão social. A Líbia é uma caldeira em pressão máxima que ameaça explodir, a qualquer momento, aos pés da Europa. Pasto de traficantes, campo de treino do Estado Islâmico (Daesh), palco de combates entre milícias, novelo de alianças tribais, país com dois parlamentos e dois governos sem que algum governe, manta de retalhos que ameaça fraturar-se, a Líbia tornou-se num Estado sem Estado e em situação de fragilidade. No fim do século XX era ovacionado pelo PNUD, por ter um orçamento para educação, em 1998, de cerca de 38,2% do seu PIB, uma taxa de alfabetização de cerca de 82% e um dos maiores índices de desenvolvimento humano (IDH) de África. Em 2014 o seu IDH foi de 0,784, sendo o quinquagésimo quinto país da escala mundial, tendo baixado cinco lugares de 2008 a 2013 (PDNU, 2014). Sendo uma autoestrada sem portagem, nela circulam grupos terroristas, processam-se tráficos de armas, de droga, de artigos diversos, e transita mercadoria escrava por ação de redes de migração. Uma parte da solução dos problemas que afetam a Europa, a Somália, a Nigéria, o Mali, e dos que ameaçam a Tunísia, o Egito e a Argélia, passa pela estabilização da Líbia, pela reedificação/edificação das estruturas do Estado, por fundir os governos de Tripoli e Tobruk e estender a malha estatal a todo o território. Sem isso, a Líbia continuará a ser veia da insegurança regional, a brasa candente que coloca em ebulição a Europa mediterrânica, um espaço de caos e oásis para o radicalismo islâmico, que pode alastrar a sua mancha ao Norte de África. Isso trará custos a um Ocidente que se apressou a intervir contra a tirania, mas não soube demorar o tempo suficiente para estabilizar, optando deixar o destino dos líbios à consignação do destino. ■

SOLUÇÕES PARA A LÍBIA

A Europa do Sul preocupa-se com a migração no Mediterrâneo, em especial da Líbia, por esbater a diferença entre o imigrante e o refugiado e colocar problemas de segurança e de consciência, face ao dilema de aceitar os ilegais ou devolvê-los, condenando-os a uma possível morte. As operações no mar não são solução para a migração, pois só reduzem as mortes ou os abusos dos traficantes. As soluções têm de abarcar os países problemáticos e longos períodos.

O caos no país, onde cerca de 1.700 milícias disputam o poder, atraiu o Daesh. Em outubro de 2014, uma milícia de Derna jurou lealdade ao Califado. Em Tripoli, em 27/01/2015 houve um atentado fatal no hotel Corinthia, e em 15/02/2015 foram degolados vinte e um egípcios, provocando ataques aéreos a bases do Daesh, do governo de Tobruk e do Egito. Em 17/02/2015 o Egito apelou a uma resolução do CS/ONU para se intervir na Líbia e à entrega de armas ao governo de Tobruk, tendo nisso a oposição dos europeus e dos EUA. Os EUA, França, Inglaterra, Espanha, Alemanha e Itália, anuíram em que o processo liderado pela ONU, visando um governo líbio de unidade nacional, era o melhor para lidar com a violência e a instabilidade líbia. A UE disponibilizou-se a apoiar as reformas do setor de segurança, usando os seus meios, inclusive no âmbito da PCSD. Porém, os dois governos líbios não se têm aproximado, e o Daesh não é razão razoável para os unir.

A solução política é a única válida para a Líbia e para combater o Daesh, melhorando, pela afirmação do Estado, a segurança, a economia e o controlo dos tráficos e migração. O Ocidente não deve fornecer armas aos líbios nem intervir com forças na Líbia. As armas seriam usadas num conceito alargado do que é ser terrorista. Uma intervenção com forças justificaria a luta do Daesh, na Líbia e no exterior, sob o epíteto de combater os “cruzados”. Já uma força de paz pode atrair as simpatias dos líbios. As opções devem ser ponderadas, mas sem adiamentos.

Referências

PDNU, 2014. *Human Development Index trends, 1980-2013*. [Online] Available at: <https://data.undp.org/dataset/Table-2-Human-Development-Index-trends-1980-2013/48j2-3vi9>